

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E MUDANÇAS LOCAIS: PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO ABRIL VERMELHO - SANTA BÁRBARA/PA

Gessiane da Silva Paulino¹

Nayara Viana Ribeiro

Armando Lírio de Souza²

1. INTRODUÇÃO

Este artigo se originou das atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Programa Mercado Institucional de Alimentos da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob as temáticas principais de desenvolvimento territorial, políticas públicas, economia solidária, agricultura familiar, entre outras, com ações voltadas à ampliação da agricultura familiar e empreendimentos econômicos solidários no mercado institucional de alimentos. Ao longo do ano 2015, o Programa Mercado Institucional de Alimentos foi auxiliado pelo Projeto de Pesquisa Rede de Universidade na Avaliação do Programa Mais Gestão, no qual, em parceria com o Programa de Incubadoras Coroatá levantou-se o debate da inserção dos assentamentos rurais de reforma agrária no mercado institucional de alimentos, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Assim, este artigo aborda tanto políticas públicas³ de Reforma Agrária, como de fortalecimento da agricultura familiar e de garantia de segurança alimentar e nutricional (SAN), como complemento à abordagem territorial, pois são políticas possíveis de maior grau de adaptação aos contextos sobre os quais as esferas governamentais almejam intervir (Autor, 2016; Ribeiro et al, 20014).

A Política de Assentamento de Reforma Agrária permite a criação de projetos de assentamento, com incremento de políticas de crédito/financiamento, de assistência técnica e de apoio à comercialização/escoamento da produção. Este estudo, se concentra na terceira política, devido esta garantir às organizações econômicas da agricultura familiar sua reprodução socioeconômica. Além disso, traz como vantagem, ligada à comercialização pré-produção e pós-produção e agregação de valor dentro das organizações, a possibilidade da aquisição de insumos em grandes quantidades, o uso compartilhado de equipamentos, a venda em conjunto que evita concorrência de oferta que rebaixa preços individuais, entre outros, o que permite que

¹ Doutoranda do PPGE/UFPA.

² Professor e pesquisador do PPGE/UFPA.

³ Nesta pesquisa, define-se políticas públicas de acordo com Teixeira (2002), como um conjunto de diretrizes que conduzem as ações estatais voltadas a estabelecer entre outros objetivos, o “bem-estar” da população em geral, principalmente para a parcela desfavorecida. No Brasil, somente a partir da década de 1990, a política pública voltada para a agricultura familiar começou a ganhar notoriedade (Ribeiro et al, 2014)

o território defina o seu processo de territorialização, sem interrupções e redefinições do capital (Ramos, 2009).

Enquanto, o PAA, criado em 2003, é uma política pública que visa viabilizar um mercado adequado à produção da agricultura familiar, pois cria um canal de comercialização e de geração de renda aos agricultores familiares. Um dos avanços dessa política que amplia as possibilidades de mercados foi o estabelecimento em 2012, da modalidade Compra Institucional que permite aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta adquirir alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de licitação. Esta iniciativa tem estimulado governos estaduais a criar seus próprios mecanismos de compras públicas e tem estimulado as organizações da agricultura familiar a demandarem e construir novos mercados públicos e privados (Grisa & Scheneider, 2015).

Portanto, acredita-se que a interação dessas políticas pode ser uma importante ação para o desenvolvimento rural, principalmente dentro dos assentamentos. Sob este contexto, busca-se ao longo do trabalho, identificar o processo de formação do território do Assentamento Abril Vermelho, no município de Santa Bárbara, por ser um território periurbano, onde essa proximidade com a capital do Estado, não contribui para a sua consolidação; com ressalva, também a sua capacidade de oferta, como possibilidade à sua integração no PAA. Por fim, este artigo está dividido em cinco partes, sendo a primeira essa introdução e a segunda, a seção de matérias e métodos. Na terceira seção expõe-se sobre o Desenvolvimento Territorial na Política de Assentamentos Rurais, com destaque para a inserção dos assentamentos no PAA; na quarta aborda-se o processo de territorialização do assentamento Abril Vermelho – Santa Bárbara/PA e na quinta, por fim, faz-se as considerações finais.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo possui como área de análise o Assentamento Abril Vermelho, no município de Santa Bárbara, no Estado do Pará, território periurbano da Região Metropolitana de Belém (RMB). No qual se busca, identificar no seu processo de formação territorial, a incorporação do assentamento na acumulação capitalista da RMB, sendo isto um fator limitante ao seu processo de consolidação. Enquanto, destaca-se, positivamente ao processo de territorialização, a possibilidade do acesso ao PAA, através da modalidade Compra Institucional, como uma ação importante para o processo de desenvolvimento territorial.

A pesquisa propõe como objetivo teórico-metodológico articular os eixos temáticos trabalho, território e desenvolvimento, com ênfase nos conceitos de Desenvolvimento Territorial, Economia Solidária, Políticas Públicas, Agricultura Familiar, Assentamentos Rurais e Segurança Alimentar, baseado no método histórico-dedutivo e na pesquisa exploratória, com uma abordagem quali-quantitativa, que envolve os seguintes instrumentos metodológico, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e o levantamento da capacidade de oferta dos assentamentos da RMB, tanto de bancos dados primários (pesquisa de campo) como dos secundários, em sites oficiais IBGE, PAAdata, INCRA, MDA e MDS.

O método histórico-dedutivo se baseia na observação da realidade complexa, onde cada evento é único e está relacionado a outros eventos, numa interação contínua, sejam eles econômicos ou políticos. Segundo Bresser (2009, p. 170), “a realidade social é intrinsecamente histórica, porque está em permanente mudança, e é intrinsecamente contraditória, porque os sistemas sociais se compõem de atores individuais que, embora socialmente condicionados, são livres e responsáveis para fazer escolhas que muitas vezes são conflitantes”. Sob esta perspectiva, a análise histórico-dedutiva da realidade, baseadas em observações conjunturais e estruturais permite a compreensão da maneira em que as políticas públicas estão articuladas, e de que forma elas interferem na vida dos atores sociais.

Para aprofundar a compreensão sobre a socialização dos indivíduos e o processo de formação de organizações dentro dos assentamentos, tem-se a seguinte noção: a terra é substancial à vida do homem dentro das organizações dos assentamentos (Bergamasco, 2003). O que possibilita a ampliação de nossa percepção sobre como as forças sociais e políticas atuam no território e de como ocorreram e, ocorrem, os processos de transformações socioambientais, territoriais e políticos.

Assim, como o objetivo geral desse trabalho é identificar o processo de formação do território do Assentamento Abril Vermelho, no município de Santa Bárbara, por ser um território periurbano, onde essa proximidade com a capital do Estado, não contribui para a sua consolidação; com ressalva, também a sua capacidade de oferta, como possibilidade à sua integração no PAA, o mesmo se estrutura sob a pesquisa exploratória, onde busca-se ao longo da pesquisa, através dos procedimentos metodológicos (pesquisa bibliográfica, levantamento, pesquisa de campo e exemplos semelhantes), aliados a abordagem quali-quantitativa, uma aproximação do sujeito/objeto, com vistas a coleta de informações e o entendimento da realidade investigada (Gil, 2007).

3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS: DESTAQUE PARA INSERÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

A partir da década de 80, surge a discussão da abordagem territorial que oferece outra perspectiva para o desenvolvimento rural no Brasil: os conceitos de território e de desenvolvimento territorial passam a ser amplamente utilizados pelos pesquisadores que estudam os processos de desenvolvimento rural (Delgado et al, 2007). Ressalta-se, também, que a partir deste período (anos 80 e 90), com a aprovação da Constituição Federal de 1988, houve intensas transformações político-econômicas no Brasil: a redemocratização, a descentralização fiscal, o reconhecimento dos municípios como ente federativos e a predominância do liberalismo econômico, que resultaram num “intenso movimento de rearticulação e florescimento de novas organizações na sociedade civil” (Santos, 2011, p. 79); e marcaram a estrutura agrícola e agrária brasileira, bem como, a reprodução socioeconômica da agricultura familiar. Assim, tais transformações aliadas ao aumento das desigualdades estruturais internas do território heterogêneo nacional fazem emergir novas formas de pensar e agir no campo das políticas públicas, que condicionaram à descentralização das mesmas (Brandão, 2007).

Esta pesquisa parte da definição do território como construção social, coletiva, dinâmica e multidimensional, onde se deve levar em conta os conflitos e as lutas que se estruturam e que se travam internamente e entorno deste ambiente. Portanto ao pensar a política de desenvolvimento nacional, deve-se buscar “articular horizontalmente os atores institucionais de uma mesma região e integrar verticalmente as diferentes escalas político-administrativas” (Brandão, 2007, p. 209), de forma que viabilize modos de pensar e agir capazes de produzir efetivas transformações das estruturas sociais, em todas as escalas espaciais: nacional, regional, estadual, municipal e local, entre outras e, que leve em consideração as peculiaridades de cada território e evite a armadilha do localismo. Desta forma, o desenvolvimento deve ir além dos termos econômicos, sociais e políticos, no intuito de gerar alternativas aos cidadãos brasileiros, inclusão social e de ativar as potencialidades da diversidade econômica, social e cultural de cada território (Saquet, 2007; Brandão, 2007; Souza, 2011; Ribeiro et al, 2014).

A inserção do capital no setor agrícola, através de tecnologias e novas dinâmicas de produção trouxe profundas mudanças no meio rural, onde reterritorializou-se (recriou) novos territórios em antigos, por isso, deve-se destacar os conflitos que marcaram a formação do espaço e o cotidiano das famílias assentadas. A inserção do capital no espaço rural, redefiniu o território (reterritorialização (reconstrução) do capital), através de suas tecnologias e dinâmicas econômicas, o que influenciou na organização do espaço, condicionou as formas de produção e

acelerou o processo de desterritorialização (expulsão ou abandono) da agricultura familiar. Já que, tem como predominância a grande propriedade, onde a terra, se transforma em reserva de valor e campo de investimento, o que acentua a concentração fundiária e o êxodo rural (Medeiros & Lindner, 2014).

Sob esta perspectiva, é necessário levar em consideração o perfil desse produtor assentado, que tem trajetória diferenciada dos agricultores familiares já consolidados. As famílias assentadas podem advir tanto de ex-agricultores que perderam a terra, como de assalariados, oriundos do setor urbano. Sob este contexto, defende-se que a produção agrícola representa um fator de manutenção da população nessas áreas, lógico, que com opções de comercialização à seus produtos. Dessa forma, o estudo da capacidade de oferta do Assentamento Abril Vermelho, é uma possibilidade à sua inserção no mercado institucional, o que viabiliza a melhoria das condições de reprodução social dos agricultores assentados, com a possibilidade de ações estratégicas de desenvolvimento territorial e a valorização dos modos de vida tradicionais. Todavia, estes processos representam outros desdobramentos que se dirige ao tema de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das populações envolvidas, como ressaltado a seguir, no contexto do PAA.

3.1 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTADO DO PARÁ

A compra pública de produtos agropecuários remonta-se a década de 1920, com a aquisição do café, com vista, a sua valorização econômica. No entanto, o PAA se apresenta como uma política inovadora, por articular a comercialização da agricultura familiar⁴ com ações de SAN⁵. O PAA compra alimentos da agricultura familiar e doa para instituições públicas de alimentação e nutrição (cozinhas comunitárias, atendimento de famílias carentes, distribuição de cestas de alimentos), entidades socioassistencial e famílias em situação de vulnerabilidade social. Os relatórios organizados pela Organização das Nações Unidas recentemente para a Alimentação e a Agricultura (FAO), também, destacam essa inovação do PAA no fortalecimento da agricultura familiar e da SAN (Fao, 2013; Grisa & Scheneider, 2015).

⁴ Segundo a Lei 11.326, de 2006, o agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural; detém uma área menor ou igual a 4 módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento e estejam enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), incluídas aqui as categorias assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem-terra, acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas (Brasil, 2006).

⁵ A SAN deve ser tratada de maneira ampla, com envolvimento não somente das condições de saúde das pessoas, de higiene dos alimentos e da qualidade da produção, mas também da elevação das condições de renda e emprego de pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais envolvidos com a produção alimentar (Becker et al, s/d).

O PAA foi instituído pela Lei 10.696/2003 mediante a articulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) com o Governo Federal, como uma ação estrutural do Programa Fome Zero. Este programa busca atuar em dois campos socioeconômicos: no lado produtivo, ao fortalecer os produtores familiares e as organizações econômicas da agricultura familiar e no lado do consumo: ao distribuir os produtos adquiridos aos agentes sociais que se encontram em situação de insegurança alimentar, além de grupos cadastrados, como creches, abrigos, hospitais e etc. na busca de melhora na qualidade de vida da população assistida pelo programa (Grisa & Porto, 2015).

Atualmente o programa se organiza em seis modalidades, que contemplam diferentes formas de relacionamento da agricultura familiar com os mercados e distintas necessidades de promoção e suporte da SAN: a Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), Compra Direta da Agricultura Familiar, (CDAF), Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – Doação Simultânea (CAEAF), Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR – Estoque), Incentivo à Produção e Consumo do Leite (IPCL) e a Compra Institucional (Grisa & Porto, 2015; Brasil, 2015).

O PAA destaca a necessidade de ações articuladas com outras políticas públicas e entre Ministérios e demais órgãos da administração pública, por exemplo, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBIO) (Grisa & Porto, 2015). Pois, como mostra a Tabela 01, há uma diversidade de categorias que acessam o PAA no estado do Pará. No âmbito do Brasil, essa diversidade inclui, além dessas abaixo, indígenas, quilombolas, acampados e afetados por Barragens, como categorias de acesso, o que ressalta a importância da parceria com esses órgãos destacados.

Tabela 1 - Valor repassado do PAA no estado do Pará por categoria – ano 2014

CATEGORIA	VALOR REPASSADO SOMA DE RECURSOS (R\$)
AGRICULTOR FAMILIAR	R\$ 1.362.146,75
Capanema	R\$ 296.009,91
Conceição do Araguaia	R\$ 64.811,00
Curuçá	R\$ 304.000,00
Mãe do Rio	R\$ 175.999,75
Marapanim	R\$ 71.988,50
Santa Maria do Pará	R\$ 343.792,79
Uruará	R\$ 105.544,80
AGROEXTRATIVISTA	R\$ 8.000,00
Marapanim	R\$ 8.000,00
ASSENTADO	R\$ 136.796,82
Conceição do Araguaia	R\$ 116.002,52
Mãe do Rio	R\$ 16.000,00
Uruará	R\$ 4.794,30

TRABALHADOR SEM TERRA	R\$ 32.498,65
Breu Branco	R\$ 32.498,65
Total Geral	R\$ 1.539.442,22

Fonte: PAAdata, 2016 (Organizado pelos autores)

Assim, apesar das dificuldades encontradas, deve-se também mencionar as contribuições que o PAA oferece ao desenvolvimento rural. Neste sentido, um primeiro aspecto a ser destacado refere-se ao esforço de dialogar com a diversidade econômica e social da agricultura familiar, principalmente no âmbito dos atores que acessam. Vale destacar que no Brasil, segundo a Tabela 02, 25% (R\$ 77.092.919,99) dos recursos acessados do PAA, no ano de 2014, foi acessado por assentados de reforma agrária. No estado do Pará, do valor total repassado R\$ 1.833.269,87 somente 7% foi acessado por assentados de reforma agrária, concentrado no município de Conceição do Araguaia.

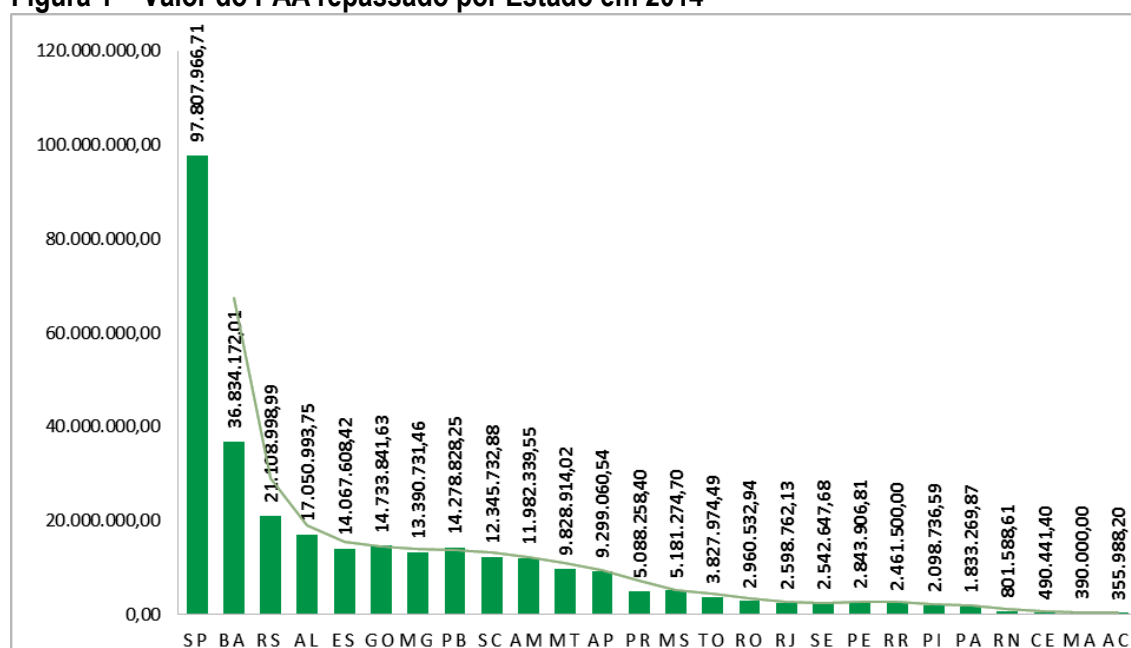
O PAA rompeu com a barreira institucional da licitação, uma inovação importante, pois, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (lei nº 8.666/1993), representava o principal entrave à participação dos agricultores familiares no mercado institucional, dada a concorrência com segmentos empresariais com grandes escalas de produção. Além disso, ressalta-se a modalidade Compra Institucional, regulamentada em 2012, que amplia a possibilidade de mercados, ao permitir aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta a aquisição de alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros. Tal iniciativa visa estimular os governos estaduais a criar seus próprios mecanismos de compras públicas (Grisa & Porto, 2015; Ribeiro et al., 2014). No âmbito, dos assentamentos, é uma oportunidade para o fortalecimento das redes de comercialização locais, estímulo a hábitos alimentares saudáveis e a organização interna dentro dos mesmos (Brasil, 2015).

Um exemplo da compra institucional é o da parceria da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com a agricultura familiar, inserção de organizações econômicas dos assentamentos no Mercado Institucional de Alimentos. Ressalta-se que a UFPR foi a primeira instituição pública a realizar a compra direta de produtos advindos da agricultura familiar. Assim, segundo a sua chamada pública de 2012, 20 mil famílias de uma cooperativa de assentados do Paraná forneceram alimentos ao restaurante universitário (Brasil, 2012). O exemplo da UFPR serviu como modelo para outras universidades e hoje as Universidades Federais estudam tal possibilidade de inserção de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar, como a UFPA por exemplo.

Contudo há a necessidade de melhorias na implementação do programa, tanto em questões burocráticas, como a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), quanto ao estreitamento da relação com os agentes civis e sociais. Cabe ressaltar que este programa contribui à valorização da produção local/regional. O que ressalta a relevância da discussão do desenvolvimento do meio rural, com a perspectiva de sua transformação em um ambiente que possa manter os trabalhadores, para que eles não migrem em busca de melhores condições de vida (Ribeiro et al., 2014).

De acordo com a Figura 01, que mostra a distribuição dos recursos do PAA entre os estados brasileiros, no ano de 2014, o estado que mais recebeu recursos provenientes do programa foi o estado de São Paulo (32%). Em segundo lugar, destaca-se o estado da Bahia (29%) e em seguida pelo Rio Grande do Sul (21%). Vale destacar também, o estado do Amazonas que se encontra entre os 10 primeiros lugares do ranking de repasses. Enquanto, o Pará está na 22ª posição no ranking, sendo um dos estados da Região Norte que menos recebe recurso, o Acre ocupa a última posição. Porém, os 6 estados dos 9 da Região Nordeste estão entre os 10 que menos acessaram o PAA.

Figura 1 – Valor do PAA repassado por Estado em 2014



Fonte: PAAdata (2016) (Organizado pelos autores)

O estado do Pará, no ano de 2014, efetivou o valor de R\$ 1.539.442,22, o que equivale do valor total nacional somente 1%. Além disso, esse valor foi acessado por apenas 8 municípios dos 155 existentes (Santa Maria do Pará (22%), Curuçá (20%), Capanema (19%), Mãe do Rio (13%), Conceição do Araguaia (12%), Uruará (7%), Marapanim (5%) e Breu Branco (2%))

(Tabela 01, acima). Assim, no âmbito de políticas públicas, especificamente do PAA e sua contribuição à agricultura familiar, o programa ainda não alcançou sua total eficácia, devido especificidades do estado, como a extensão territorial e deficiência na organização do trabalhador agrícola entre outras (Ribeiro et al., 2014).

Assim, a aquisição de gêneros alimentícios das famílias assentadas, no âmbito do PAA pelas Universidades Federais, além de destacar a responsabilidade da universidade, quanto ao seu papel de intervenção na realidade da população brasileira, tem a possibilidade de fortalecer a estrutura econômica dos assentados. Ressalta-se, por fim, que no caso do estado do Pará, devido a sua extensão territorial, não é relevante somente a participação de uma única família assentada, mas sim, que as mesmas se organizem em cadeias produtivas, com vistas a garantir a regularidade e facilitar a logística da produção, no âmbito da SAN.

4. PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO ABRIL VERMELHO - SANTA BÁRBARA/PA

Nessa parte, busca-se retratar a evolução da criação dos assentamentos no Estado do Pará, com vistas a entender-se as mudanças estruturais no território do Assentamento Abril Vermelho, principalmente, no setor produtivo e na cultura local, por ser um território periurbano, com a predominância da reterritorialização do capital, onde essa proximidade com a capital do estado, não contribui para a sua consolidação. Além disso, ressalva-se a sua capacidade de oferta, como possibilidade à sua integração ao PAA. Dentro deste contexto, o Movimento dos Trabalhadores (as) Rurais Sem-Terra (MST), assume papel de destaque na territorialização (criação) dos assentamentos, pois através de acampamentos, ocupações e assentamentos, em suma, na luta pela terra, busca reconstituir a identidade do seu povo, o que pode se transformar numa oportunidade real à estes trabalhadores excluídos da ordem social e econômica do país, caso tenha apoio do Estado.

4.1 FORMAÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DA RMB

Com a introdução dos grandes projetos o espaço Amazônico se modificou. Os grandes Projetos (a construção da Rodovia Transamazônica, a construção da usina de Tucuruí, o Garimpo de Serra Pelada, dentre outros), incentivou a imigração populacional para esta região. No entanto, ao fim de cada projeto, a população ficava a mercê de sua própria sorte. Muitos vieram em busca de terras, mas ao final dos projetos, até os que possuíam-na foram expropriados. O que incentivou a formação de movimentos com vistas a lutar por terras, como o movimento dos posseiros, que surgiram na década de 1970 e 1980, que lutavam pelo reconhecimento da posse, como terra de trabalho. Já que, o regime militar defendia a grande propriedade, através da

agropecuária, até o momento é claro do descobrimento das reservas minerais no território. Onde tal exploração foi intensificada como garantia de divisas para o país. Assim, os grandes projetos trouxeram consigo, grandes empresas, latifundiários, bancos, entre outros, que vieram devido os incentivos fiscais, concedidos pelo governo, cujo muitas das vezes eram a concessão terras, onde algumas já habitadas foram expropriadas. O que acentuou ainda mais os conflitos (Loureiro, 2004).

Sob esta perspectiva, com a expansão dos latifúndios, nesta época, e a expansão do agronegócio atualmente, acentuou-se as disputas por terras, o que gerou constantes conflitos. Desta forma, perante as transformações sócio-econômicas-ambientais, a reforma agrária deixa de ser uma questão setorial e se transforma numa questão territorial, dentro dos modos de uso do solo dentro do território. E sob este contexto, os produtores rurais, o latifúndio e agronegócio se tornam diferentes modelos de desenvolvimento do campo, que dependem da ótica que se analisa, já que se territorializam e são desterritorializados na disputa permanente pelo controle territorial.

O assentamento rural, conforme a Portaria nº 80/2002 do MDA, é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA, através do Programa de Reforma Agrária, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Além disso, o Incra não toma a terra dos fazendeiros ele compra aquela terra, considerada improdutivo, que tem pouca ou nenhuma exploração econômica, um dos itens preconizados pela Constituição Federal e Lei 8.629/03 como indicador de que o imóvel rural em questão não cumpre a **função social** e é passível de desapropriação. Além disso, o apoio do INCRA ao assentamento rural, deve ser além, da sua criação, ele necessita implantar (dividir os lotes, instalar as famílias e fornecer os primeiros créditos) e estruturar (Construção de casas; Abertura de Estradas; Energia Elétrica; Créditos Produtivos e Assistência Técnica) o assentamento (Brasil, 2016).

Os assentamentos do estado do Pará se concentram na região sul e sudeste do estado, com 48% dos projetos de assentamentos criados, coordenados pela Superintendência do INCRA de Marabá. A Superintendência do INCRA de Belém, que engloba os assentamentos da região metropolitana e do nordeste paraense, possui 37%, com destaque para os projetos de assentamentos agroextrativistas. Ressalta-se neste momento, que apenas 37 assentamentos no estado estão consolidados. A RMB tem atualmente 17 assentamentos, com 1.967 famílias assentadas em uma área de 22.196, 93 hectares (Tabela 02). Com a predominância e consolidação na década de 2000, assim, o contexto dos assentamentos de reforma agrária da RMB é recente, com a predominância de assentamentos agroextrativista (PAE), 11 ao todo.

Tabela 02 – Caracterização dos Projetos de Assentamentos da RMB

	NOME PA	MUNICÍPIO	DT CRIAÇÃO	FASE	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA (hectares)
1	PA CUIPIÚBA	CASTANHAL	21/12/1999	7	238	1366,28
2	PA JOÃO BATISTA II	CASTANHAL	18/12/2000	5	157	1761
3	PCA MÁRTIRES DE ABRIL	BELÉM	30/10/2001	4	94	408
4	PCA ELIZABETE TEXEIRA	BELÉM	23/09/2004	4	27	71,74
5	PAE ILHA VIÇOSA	ANANINDEUA	28/11/2005	3	18	380,25
6	PAE ILHA SANTA ROSA	ANANINDEUA	28/11/2005	3	25	405,99
7	PAE JOÃO PILATOS	ANANINDEUA	28/11/2005	3	199	3854,71
8	PA PAULO FONTELES	BELÉM	13/07/2006	3	59	848,51
9	PAE ILHA PAQUETÁ	BELÉM	28/09/2006	3	103	802,26
10	PAE ILHA GRANDE BELÉM	BELÉM	28/09/2006	3	99	922,84
11	PAE ILHA MURUTUCU	BELÉM	28/09/2006	3	121	877,48
12	PAE ILHA JUTUBA	BELÉM	28/09/2006	3	72	513,5
13	PAE ILHA DO CUMBU	BELÉM	07/11/2006	3	205	1508,79
14	PAE COMPLEXO MARACUJÁ	BELÉM	31/12/2008	3	143	824,81
15	PAE ILHA NOVA	BELÉM	09/09/2009	3	28	273,89
16	PA ABRIL VERMELHO	STª BÁRBARA DO PARÁ	11/11/2009	3	370	6803,15
17	PAE ILHA SOROROCA	ANANINDEUA	22/12/2010	3	9	573,73

LEGENDA:

PA - PROJETO DE ASSENTAMENTO

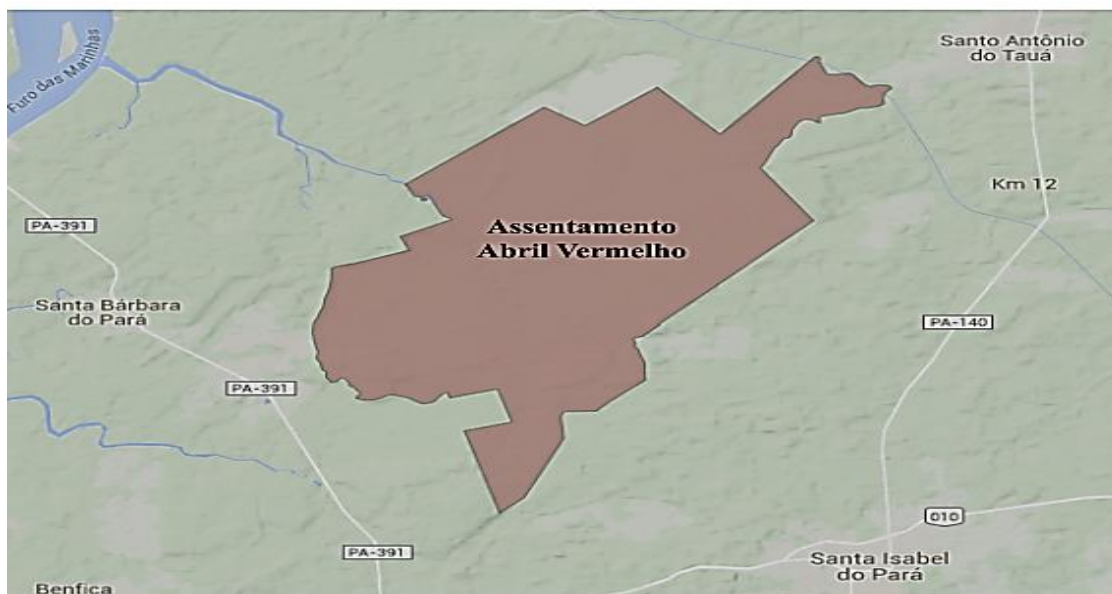
PAE- PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA

PCA – PROJETO DE ASSENTAMENTO CASULO

Fonte: Brasil, 2016 (Elaborado pelos autores)

O Projeto de Assentamento Abril Vermelho (grifado em amarelo na Tabela 03), localizado na Região Metropolitana de Belém (RMB), criado em 2009, se encontra na 3ª fase do processo de assentamento e possui uma área de 6.803,146 ha (31% da área total de assentamentos da RMB), com aproximadamente 400 famílias assentadas, em lotes de 10 a 20 hectares uma nova forma de organização num espaço onde antes predominava a grande propriedade. A área foi dividida em quatro polos (I, II, III e IV), onde existiram os lotes que seriam definidos à cada família, enumerados de 01 (Rio Tauá) a 393 (Pau D' Arco). O PA Assentamento Abril Vermelho é localizado no município de Santa Bárbara a 8 km da sua sede, na área que pertencia à empresa Dendê do Pará S/A (DENPASA). Aproximadamente 30 Km de distância da cidade de Belém, faz divisa com o município de Santo Antônio do Tauá e Santa Isabel do Pará (figura 02). Além disso, apesar de estar localizado no município de Santa Bárbara, o assentamento interage com maior frequência com o município de Santa Isabel, com o qual faz fronteira (Brasil, 2016).

Figura 02: Mapa de localização do Assentamento Abril Vermelho



Fonte: Acervo Fundiário/BRASIL, 2016

Como destacado anteriormente, esse assentamento se encontra na 3 fase do projeto, isso significa que ele foi apenas criado. O Projetos de Assentamentos são constituídos por 7 fases, a quarta equivale em instalação, a quinta em estruturação e a sexta em consolidação. A Fase 7 indica que o assentamento foi consolidado, passou por todas as 3 etapas: criação, implantação e estruturação, como o exemplo, do Projeto de Assentamento de Cupiúba localizado no município de Castanhal. Destaca-se que dos assentamentos criados na década de 2000 nenhum se encontra consolidado. Onde destaca-se que a localização na RMB, não acelera esse processo de formação dos assentamentos. Ao contrário, essa proximidade com a capital, leva a urgência de uma integração ao mercado para a sobrevivência, sem estruturas concretas, o que interfere na organização produtiva do assentamento (Brasil, 2016).

4.2 FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO ABRIL VERMELHO

Em 1990, o MST iniciou sua implantação no Estado paraense, a partir da sua primeira ocupação em Conceição do Araguaia. Além disso, a mobilização do sem-terra paraenses ficaram marcados na história devido o Massacre de Eldorado do Carajás, em 1996, no qual dezessete agricultores sem-terra foram assassinados, o que desencadeou a continuidade e o fortalecimento das mobilizações sociais (Grisa & Scheneider, 2015).

Em 1998 o movimento buscou outra estratégia de territorialização, a ocupação de áreas próximas aos grandes centros urbanos, como a ocupação da Fazenda Bacuri, no Município de Castanhal, em 15/11/1998, onde no ano de 2000 surgiu o Assentamento João Batista II. Este fato resultou na criação, em 1998, da Secretária Regional em Belém do MST, com o apoio de

diversas pessoas, entidades e de igrejas, o que facilitou a implantação do MST na região. O final da década de 90, era propício para o MST, uma vez que o contexto político favorecia o movimento. O que facilitou, de certo modo, a pretensão de ocupação de uma área na capital. A partir disso, ocorreu a ocupação da Fazenda TABA por cerca de 300 famílias, em 1999. Depois de dois anos, de conflitos, fome, despejos, ameaças de morte, em 2001, consolidou-se a criação do Assentamento Mártires de Abril (Brasil, 2016).

Posteriormente, em 2004, a partir da mobilização que sairia em marcha do município de Castanhal para Belém em abril, ocupa-se a área pertencente a antiga empresa Dendê Pará S/A (DENPASA)⁶, situada no município de Santa Bárbara. Segundo o INCRA, a ocupação massiva dessa área decorreu da mobilização de mais de 600 famílias acampadas em três acampamentos da região do nordeste paraense: o Rosely Nunes, em Castanhal; o Rosa Luxemburgo em São Francisco do Pará; e o Iza Cunha em Santa Izabel do Pará. A partir disso, inicia-se o processo de inclusão dessa área na Política Agrária. Em 2006, foi imitado a posse da área da DENPASA ao INCRA. No entanto, a mesma, somente viria a ser um Projeto de assentamento, destinado a Reforma Agrária em 2009, onde iniciou-se a criação do Projeto de Assentamento Abril Vermelho.

As famílias que compõe a formação do Assentamento Abril Vermelho, têm suas trajetórias sociais, marcadas por sua origem, tanto rural quanto urbana. Já que, as famílias assentadas são, tanto de comunidades rurais, filhos de assentados, camponeses, como oriundas da periferia da RMB, com origem ou não no meio rural. Essa composição social, faz desse assentamento um espaço heterogêneo, repleto de singularidades em razão das especificidades das famílias que o compõem, pois, cada família carrega consigo as próprias marcas deixadas por suas origens e trajetórias, fatores que impactam na análise da dinâmica social de cada família frente a produção de alimentos; organização econômica; e o entorno político-econômico que os afetam (Ferrante, 1995; Medeiros, 2003).

Dessa forma, os assentamentos vão além de um espaço físico e de números, pois no seu interior ocorre relações abstratas entre as famílias envolvidas que contribuem ao Desenvolvimento Territorial de tais espaços (Bergamasco, 1997), principalmente devido, haver uma parcela de agricultores dentro do assentamento que não apresentavam histórico com a agricultura antes de se tornarem assentados, que viviam anteriormente, por exemplo, na cidade, em extrema vulnerabilidade econômica e social, e necessitam de apoio de outros assentados para desenvolverem a prática agrícola.

⁶ A DENPASA foi a primeira empresa produtora de dendê no estado do Pará, mas a doença o Amarelecimento Fatal, fez com que a mesma, perdesse grande parte da sua produção e decretasse falência nos anos 2000, o que lhe resultou numa grande dívida com a União. A desapropriação da área foi mediante um acordo, onde a parte da frente do assentamento, próxima a PA 391, ficaria com a empresa (Figura 2) (Homma, s/d; Souza et al, 2016)

4.3 CAPACIDADE DE OFERTA DO ASSENTAMENTO ABRIL VERMELHO – SANTA BÁRBARA/PA

O Assentamento Abril Vermelho está localizado na antiga área da empresa chamada DENPASA e passa por um processo de regeneração da vegetação, devido a exploração da monocultura do dendê e grandes áreas compostas por capoeiras, que degradaram os recursos naturais. Além disso, por um longo período, na área ocorria a extração de madeiras de valores nobre, com a implantação da pupunha, de açaí e do paricá, ainda existentes.

Atualmente, no assentamento existe áreas como reservas florestais, plantio de dendê híbrido e áreas inadequadas para a agricultura. Em alguns lotes, existem plantios agrícolas, florestais e fruteiras, o que caracteriza o sistema agroflorestal, e ressalta a forma harmônica com a natureza. No estudo feito por Gomes et al (2013) no PA Abril Vermelho, dentro dos 5 estabelecimentos estudados foi constatado a existência de policultivos, principalmente entre as plantas anuais como mandioca+feijão e mandioca+milho. Além disso, os resíduos de criações (esterco de galinha e carneiro) e cultivos (compostagem, adubação verde e folhagem) são reaproveitados como forma de adubação.

Dentro do assentamento, os principais cultivos são açaí, mandioca, cupuaçu, macaxeira, cacau, banana, hortaliças, feijão e pupunha e a criação de galinhas, suínos, peixes, bovinos, caprinos e ovinos. As famílias assentadas desenvolvem uma grande diversidade de produção que contribuem à sua alimentação e o excedente gera renda familiar. Dentro dessa diversidade produtiva, ressalta-se o cultivo do açaí e a mandioca, por serem produtos regionais e a criação de galinhas, que representa um regaste das origens dos agricultores familiares e usa tecnologias simples. Vale ressaltar também, que ainda há dentro do assentamento o cultivo do dendê⁷, utilizado como fonte de renda, devido a parceria com a DENPASA e, à alimentação dos animais como porcos (Gomes et al, 2013; Pires et al, 2015; Souza et al, 2016).

Este assentamento tem uma grande diversidade. Tem famílias que cultivam mais 4 a 5 cultivos e criações, sendo o açaí e a mandioca os cultivos mais predominantes e as criações são, principalmente aves, em especial galinha e suínos. As famílias que têm baixa diversidade produtiva, devido a vários fatores como a disponibilidade de mão de obra familiar no manejo dos seus principais cultivos, o açaí e a mandioca. Nas criações as famílias com baixa diversidade criam somente galinhas, do tipo caipira e caipirão, onde a comercialização pode ser efetuada de modo direto agricultor/consumidor, com preços compensadores e atrativos (Pires et al, 2015).

⁷ Essa seria uma das formas da territorialidade do capital dentro do assentamento. Onde os assentados cultivam o dendê incentivados pela parceria da DENPASA, onde tal opção é ditada pelo mercado, não por eles mesmos, a partir de sua autonomia. (Souza et al, 2016)

No âmbito da prática agrícola no PA Abril Vermelho são realizadas de maneira uniforme entre as famílias assentadas, o que abrange formas e épocas de plantio, o que, dentro do campo da agregação valor, possibilita a comercialização dos produtos, em grandes quantidades, o que facilita a logística de escoamento da produção pelas organizações econômicas, no caso desse assentamento, as associações, que contribuem para a reprodução da agricultura nos estabelecimentos, já que, o escoamento dos produtos é um dos principais problemas enfrentados pelas famílias assentadas.

Segundo o Relatório de Pesquisa: **Diagnóstico Agrossocioambiental do Assentamento Abril Vermelho Santa Bárbara-Pará**, identifica-se problemas nos cultivos, nas criações e pouca efetividade de políticas públicas. O principal problema no cultivo, decorre do apodrecimento da mandioca e macaxeira, que decorre do uso de maniva contaminada no plantio e por insetos como, gafanhotos, cigarrinhas e percevejo; pouco desenvolvimento dos cultivos assentados; ataque de pragas; e problemas como doenças principalmente fungos nos limoeiros e vassoura e bruxa no cupuaçu. Além disso, os agricultores enfrentam problemas devido a acidez do solo, sendo necessário a acrescentar calcário, de acordo com o diagnóstico do Programa da UFRA na Reforma Agrária (Pires et al, 2015).

No âmbito das criações, os agricultores familiares assentados têm dificuldades com o transporte na comercialização e na compra de alimentação animal, os locais de vendas de insumos, como por exemplo na criação de peixes, são distantes e gera um custo elevado. Vale ressaltar que a criação de animais complementa a renda, além de serem fonte de consumo familiar. Porém, no âmbito dos insumos para a manutenção destes animais, há uma dependência ao mercado externo. E por fim, quanto ao problema vinculado a atuação de políticas públicas, vai além da falta de infraestrutura nas estradas; escolas; posto de atendimento; transporte público, são ausentes no assentamento, já que, o assentamento não possui efetividade das políticas públicas obrigatórias e necessárias para os trabalhadores rurais como a instalação da estrutura da casa do Incra (Pires et al, 2015; Souza, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAA apresenta um importante esforço em dialogar com a diversidade social e econômica da agricultura familiar, com possibilidade de assumir um papel estruturante para esta categoria social e para a SAN no país; bem como fortalecer a estrutura econômica dos assentados. No entanto, necessita de apoio institucional no processo de territorialização deste espaço, já que, o estudo prévio indicou que no assentamento a assistência técnica é limitada e que tem agricultores que não acessaram nem ao crédito habitação no momento, política obrigatória do

INCRA. Ressalta-se, ainda, que no caso do estado do Pará, devido a sua extensão territorial, não é relevante somente a participação de uma única família assentada, mas sim, que estas se organizem em cadeias produtivas, com vistas a garantir a regularidade e facilitar a logística da produção.

Quanto ao processo de territorialização do Assentamento Abril Vermelho, destaca-se que a sua localização na RMB, representa um fator negativo à sua consolidação, bem como limita a autonomia desses assentados, no âmbito da comercialização dos seus produtos. O que pode ser visto quando comparados a outros assentamentos localizados fora da RMB, criados recentemente e num processo de consolidação mais avançado. Ao contrário disso, tal fato, leva a urgência na inserção ao mercado. Diante disso, ressalta-se o papel das associações ativas do assentamento, para implementação das políticas efetivas de assentamento. Segundo a liderança do MST, o assentamento possui quatro associações: Associação dos Trabalhadores de Agricultora Familiar I; Associação dos Trabalhadores de Agricultora Familiar II; Associação dos Trabalhadores de Agricultora Familiar III e a ASTAP, no entanto, nenhuma está organizada e estruturada à essa ação.

Assim, no caso da comercialização, uma das possibilidades, seria a realização do escoamento conjunto, através dessas organizações, o que excluiria os atravessadores, que compram no assentamento e revende nas feiras de Belém e Ananindeua. O que proporcionaria o acesso a crédito para compra de máquinas e implementos para uso coletivo dos sócios, bem como possibilitaria o acesso ao PAA. Dessa forma, tal ação romperia a forma individual de comercialização, com custos elevados de transportes, em feiras, por exemplo no município de Santa Izabel; no entrocamento e na Praça Batista Campos em Belém e, a possibilidade do acesso ao PAA representa um fator positivo no processo de territorialização deste assentamento (Souza et al, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, Flávio; BEZERRA, A. J.A. **O Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar na Segurança Alimentar e no Desenvolvimento Rural**. Encontro de Políticas Sociais para o Campo. Pelotas – RS, s/d.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais: Organização Social, Trabalho e Política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- BRANDÃO, C.. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- BRASIL. Lei nº 11. 326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

- _____. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 03 jul. 2003.
- _____. Portal. **Agricultura Familiar abastece restaurantes universitários do Paraná**. UFPR, 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/10/agricultura-familiar-abastece-restaurantes-universitarios>. Acessado em: 26 de julho de 2015.
- _____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Programa de Aquisição de alimentos. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>. Acessado em 09 de agosto de 2015.
- _____. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/reforma_agraria. Acessado em 03 de janeiro de 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Os dois métodos e o núcleo duro da ciência econômica**. Revista de Economia Política, São Paulo: Centro de Economia Política v.29, n.2, (jun. 2009).
- DELGADO, N.; LEITE, S.; BONNAL, P. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores locais**. OPPA/CPDA/UFRRJ, 2007.
- FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **Smallholder integration in changing food markets**. [s.l.]: FAO, 2013.
- FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007
- GOMES, R. C.; SILVA, F. S.; SILVA, M. D. S.; SOUSA, R. D. P. **Sistemas Agroflorestais Amazônicos: um estudo sobre a condição dos sistemas de cultivo em um assentamento da Reforma Agrária no estado do Pará**. Cadernos de Agroecologia. Belém, s/d.
- GRISA, C.; PORTO, S. I. **Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural**. In: GRISA, Catia e SCHENEIDER, Sergio. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- GRISA, C.; SCHENEIDER, S. **Três gerações de Políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil**. In: GRISA, Catia e SCHENEIDER, Sergio. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- LEITE, S. et al. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004. 392p.
- LOUREIRO, V. R. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. Belém. Cejup, 2004.
- MEDEIROS, L.S. **Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MEDEIROS, R.M.V.; LINDNER, M. **Assentamentos Rurais, Território, Produção: Novas Alternativas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014.
- PIRES, Felipe Vieira de Oliveira et al. Relatório de Pesquisa: **Diagnóstico Agrosocioambiental do Assentamento Abril Vermelho Santa Bárbara-Pará**. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Curso de Especialização em Agricultura e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia. Belém, 2015.
- RAMOS, Pedro. **Políticas Públicas e Perspectivas de Viabilização dos Assentamentos Rurais**. Retratos de Assentamentos. Araraquara/SP, 2009. Nº 12, 418 p.
- AUTORES. **Potencialidades e Limites do Programa de Aquisição de Alimentos em Cametá-PA: a experiência da Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó**. In: Encontro de Redes de Estudos Rurais. Campinas, 2014.
- SANTOS, F. P. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

AUTOR. **Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

AUTOR. **Programa Assessoria Técnica para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais Voltados para o Mercado Institucional de Alimentos do Território da Cidadania do Baixo Tocantins – formação de formadores**. Belém, 2016.

Recebido para avaliação em Março de 2019.

Aceito para publicação em Junho de 2019.